

Acumulação por despossessão, novo imperialismo e neoliberalismo: notas sobre David Harvey e o Internacional

MARINA SCOTELARO,* LEONARDO RAMOS**
E RODRIGO CORRÊA TEIXEIRA***

Introdução

O artigo busca apresentar alguns elementos da obra de David Harvey – umas das grandes referências do marxismo contemporâneo (Castree, 2007; Callinicos, 2006) –, particularmente com relação ao seu entendimento sobre acumulação por despossessão e suas implicações para um novo imperialismo em curso na fase neoliberal do capitalismo. Tal reflexão se faz relevante na medida em que destaca a importância dos aportes analíticos de Harvey para o entendimento das Relações Internacionais – ou seja, em última instância, tal discussão pretende contribuir, de maneira inicial, para uma nova visão de David Harvey como um teórico do internacional.

A partir de uma revisão da teoria marxista da acumulação, Harvey contemporiza o conceito de acumulação primitiva substituindo-o pelo termo acumulação por despossessão. Com isso, busca ampliar a extensão da categoria para as práticas correntes de espoliação intensas nos períodos de crise de superacumulação. A reiteração de tais práticas seriam estratégias recorrentes de acumulação que dependem de uma expansão geográfica que resultaria em rivalidades inter-regionais e internacionais. Isto explicaria a recorrência de momentos imperialistas na

* Professora de Relações Internacionais do Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni-BH). E-mail: marinascotelaro@gmail.com.

** Professor de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas). E-mail: rteixeira@pucminas.br.

*** Professor de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas). E-mail: lcsramos@yahoo.com.br.

história do capitalismo mundial, melhor compreendida quando situadas em uma geografia histórica do capitalismo. Esta última desvelaria o desenvolvimento desigual dos processos de acumulação e externalização das contradições internas do capitalismo para espaços vulneráveis no neoliberalismo. Assim, o entendimento dos processos internacionais contemporâneos estaria condicionado à compreensão histórica do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo, que traz em si elementos explicativos das dinâmicas de poder entre os Estados.

O Estado moderno tem uma ligação tanto com a estrutura da geografia histórica do capitalismo, quanto com as práticas de acumulação postas em curso em cada momento pelas classes dominantes (Harvey, 2003). Dado o fato de o Estado moderno concentrar o poder político e o monopólio legítimo do uso da força, este detém a capacidade de manter arranjos institucionais e constitucionais necessários para as atividades capitalistas se desenvolverem em cada uma das esferas – produção ou circulação. Por um lado, o Estado é capaz de realocar os investimentos em torno de organizações espaciais específicas dinamizando os espaços de acumulação. Ademais, é igualmente capaz de criar espaços físicos para absorver esses excedentes a partir de investimentos em infraestrutura. Além disso, originariamente, tal papel do Estado foi fundamental para a própria acumulação em si, viabilizando a criação da propriedade privada e das regulações entre a classe capitalista nascente e os trabalhadores – o que nos leva à ideia de acumulação primitiva.

Segundo Harvey, o processo de acumulação depende duplamente da ideia de acumulação primitiva: ou seja, enquanto seu momento originário, mas também – e significativamente – como processo contínuo fundamental na sua reprodução ampliada. Na perspectiva marxiana, a configuração específica do modo de produção capitalista se baseou em transformações das estruturas produtivas anteriores. As origens históricas do capitalismo residiriam em um processo inicial de rompimento com essas formações sociais, fundamental para a criação dos meios de produção que poderiam ser acumulados. Neste processo, o Estado moderno é a instituição que formaliza a expropriação das terras comunais e, ao mesmo tempo, fornece as bases para a circulação do dinheiro, que passa a mediar as relações sociais entre os detentores dos meios de produção e os fornecedores de força de trabalho.

Esta dupla despossessão de capacidades de trabalho autônomo e das terras e meios de subsistência foi realizada a partir da emergência do Estado moderno burguês, estruturado para prover as dimensões necessárias para a instauração do modelo capitalista. Esta estratégia de expulsar os indivíduos do campo – e outras postas em curso – dependeu de uma associação entre a classe burguesa nascente e o aparato estatal. Este último passa a lidar com as externalidades negativas da não absorção de toda esta camada de força de trabalho criada por extensas despossessões, e passa a exercer uma função disciplinadora sobre a classe trabalhadora,

constrangendo-a a aceitar as leis do regime liberal em consolidação. A mercantilização e monetização do campo como um bem comercializável, aliado à força de trabalho também tratada como bem, foi intensamente explorada, desenvolvendo-se em mercados cada vez mais amplos e fortalecendo os capitais fundiário, comercial, bancário e financeiro. A possibilidade de emergência destas modalidades de capital só foi alcançada uma vez que o Estado ativamente adquiriria novas fontes de acumulação essenciais para a transformação e complexificação dos processos e relações de produção capitalistas (Harvey, 2003; 2013b).

Ora, a apropriação violenta de modos de produção não capitalistas pré-existentes não foi algo circunscrito à Europa, mas se estendeu mundialmente mediante o domínio violento de povos para além das fronteiras originais do capitalismo. Neste sentido o colonialismo foi um momento crucial para o estabelecimento das relações capitalistas em uma escala mundial, uma vez que inaugura um fluxo em larga escala de mercadorias oriundas da metrópole e das colônias – sejam elas bens ou a própria força de trabalho. Os mesmos processos de despossessão da terra são realizados alhures, e a crescente classe trabalhadora passa a ser utilizada como um elemento fundamental na gestão de crises de acumulação. Já se evidencia, desde o início, a forma como os Estados atuam no espaço geográfico para além de suas fronteiras nacionais, agindo ativamente na solução de seus problemas internos de realização do capital.

Essas formas de alívio externo das contradições da acumulação doméstica existem desde os primórdios do sistema, ancoradas no suporte estatal, dada a própria natureza expansionista da acumulação (Harvey, 2001; 2003; 2013b). O fato de o processo ocorrer de forma violenta e demandar o controle dos espaços estrangeiros capta a importância da compreensão das conquistas e domínios do Estado em relação a outras regiões para garantir o poder da aliança de classes nacionais. É neste ponto que Harvey avança sua tese acerca do conceito marxiano de acumulação primitiva: não se trataria apenas de um elemento fundante do capitalismo que permite a consolidação do poder dos Estados modernos, mas também de um elemento fundamental para a reprodução contínua e ampliada dos processos de acumulação capitalista em escala mundial.

Neste sentido, a inflexão teórico-conceitual proposta por Harvey considera a natureza das práticas da acumulação primitiva como estratégias recorrentes para lidar com os problemas de superacumulação. A fim de diferenciá-las, Harvey se afasta do conteúdo “primitivo” ou “originário” do conceito e denomina a continuidade do processo como “acumulação por despossessão”. Os aspectos da acumulação primitiva que se referem à utilização da expansão geográfica para realização do valor se mantêm, mas a principal estratégia passa pela desvalorização de ativos da superprodução a custos ínfimos para serem reciclados de forma mais rentável em outros espaços. Assim, a acumulação por despossessão ocorre contingencialmente de acordo com as necessidades de realização do valor dentro de variados momentos da geografia histórica do capitalismo. Tal diferença

é fundamental, e neste sentido o processo de acumulação por despossessão não só contém as práticas estabelecidas durante o processo de acumulação primitiva, como traz outras formas de concentração e centralização do poder sobre o capital (Harvey, 2003, p.144, 164).

Assim, findadas as possibilidades tradicionais de acumulação, o Estado empreende novas etapas expansionistas a partir de processos de modificação e privatização de espaços produtivos já ocupados pelo modelo de produção capitalista (Harvey, 2013b). Isso não significa um dismantelamento das estruturas produtivas já instauradas, mas uma revolução do espaço produtivo existente. E é neste processo de ajuste espaço-temporal que a temática do imperialismo, em articulação com o conceito de acumulação por despossessão, ganha importância para a compreensão da geografia histórica do capitalismo.

Harvey procura ampliar a extensão do fenômeno da acumulação primitiva demonstrando que os teóricos do imperialismo que utilizam a acumulação primitiva como marco para tais ações circunscrevem-na a um período histórico específico. Embora concorde com tais perspectivas no que concerne à fundação e ao desenvolvimento do capitalismo até a primeira metade do século XX, seu objetivo neste ponto é ampliar a extensão do conceito de acumulação por despossessão como uma estratégia recorrente e aplicada a outros momentos de crise de superprodução viabilizada pelas ações dos Estados.

Em última instância, diferentemente das leituras que consideram a acumulação primitiva como um momento “primitivo” e “externo” do processo de acumulação que dá origem à fase imperialista – que seriam o caso de Lenin e Rosa Luxemburgo, por exemplo (Harvey, 2013a, p.554) –, para Harvey, esses processos se perpetuam no tempo a partir de variadas formas de acumulação por despossessão, que desembocam em novos processos de intensa exploração e controle do capital acumulado a partir de novas fases de re-expansão geográficas.¹ Essas estratégias dependem de um papel renovado do Estado e justificam a existência de outros momentos imperialistas correspondentes às alianças de classes – nacionais e transnacionais, de capitalistas e trabalhadores – em cada período histórico (Harvey, 2001; 2003; 2004). Neste caso, o resultado é uma interconexão dialética entre a lógica territorial do poder político e a espacialidade da acumulação capitalista a partir da intervenção do Estado tanto no processo de reproletarização de setores anteriormente ganhadores – associado ao dismantelamento da classe trabalhadora existente –, quanto de “reconquista” de novos espaços visando a revalorização de ativos desvalorizados.

1 Embora discorde das abordagens marxistas clássicas do imperialismo, é importante destacar que Harvey se aproxima mais da teoria de Rosa Luxemburgo: na verdade, o argumento desta autora sobre a necessidade de o capital se expandir para zonas pré-capitalistas a fim de ser capaz de continuar acumulando – questão intimamente ligada à visão da autora sobre o significado do processo de acumulação primitiva – é um ponto fundamental da teorização de Harvey acerca do novo imperialismo e da acumulação por despossessão (Harvey, 2003; 2007).

É neste ponto que a política territorializada do Estado e do império novamente aparece reivindicando um papel de liderança no drama contínuo da acumulação e superacumulação sem fim do capital. É a entidade política, o corpo político, o mais capacitado a orquestrar os arranjos institucionais e manipular as forças moleculares da acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas que são mais vantajosos para os interesses capitalistas dominantes que operam nesta estrutura. (Harvey, 2003, p.132-133, tradução livre)

A implicação destas lógicas dialeticamente conectadas é a contínua apropriação, transformação e domínio de espaços capitalistas pela acumulação por despossessão enquanto uma prática recorrente do capitalismo que conforma novos momentos imperialistas (Harvey, 2003; 2013a; 2013b).

O Estado, portanto, ao direcionar o processo de racionalização da acumulação capitalista contemporânea (em um contexto de neoliberalismo), empreende uma nova fase de acumulação por despossessão, que, por sua vez, inaugura uma nova fase de imperialismo no capitalismo global (Harvey, 2007). Os momentos imperialistas surgem quando as relações de classes internas não resultam em soluções locais – reinvestimento de capital valorizado em estruturas domésticas – para o problema da superacumulação. Os processos internos de produção capitalista podem ser entendidos como regiões onde se desenvolvem lógicas próprias de acumulação. Tal dinamicidade é movida pela relação dialética entre possibilidades e limites de acumulação nas estruturas produtivas existentes e os arranjos hierárquicos entre as frações sociais localizadas nas fronteiras do Estado (Harvey, 2013a).

Neste ponto, o papel do comércio internacional deve ser compreendido à luz da expansão geográfica do capital: não apenas (i) viabiliza a circulação e rotatividade dos meios/produtos da produção, como (ii) permite que a lógica de poder territorial se realize externamente (Harvey, 2004). Isso gera diferentes níveis de competitividade entre os países, em parte resultante do momento da acumulação primitiva, e, por outra, pela reificação da diferença de papel exercido no comércio exterior (Harvey, 2001, p.246).

Se comportamentos imperialistas envolvem “a percepção de que as contradições do capitalismo podem ser curadas mediante a dominação do mundo por algum poder onipotente” (Harvey, 2013a, p.552), é por meio da exportação de capital que ela se realiza para além do uso da força – também respaldado no Estado. O capital excedente pode ser exportado por meio de empréstimos a outros Estados para estimular as compras internacionais ou funcionar como investimentos diretos estrangeiros; mas, independente do destino dado ao capital superacumulado, a motivação será obter uma taxa de lucro médio superior às possibilidades nacionais. Ora, uma vez criadas novas forças produtivas fora da região de origem, o Estado não só exporta as contradições internas da acumulação como também novos momentos de desvalorização, a partir da emergência de rivalidades e competição entre os capitais nacionais e estrangeiros postos em choque.

A busca pela realização do valor externamente por parte das ações estatais não deve, portanto, ser entendida como uma simples expansão geográfica, mas sim compreendida à luz de movimentos imperialistas que se traduzem em diferentes hierarquias inter-regionais. A ideia de “novo imperialismo” (Harvey, 2003; 2013a) decorre, assim, de uma nova relação dialética entre o exercício do poder estatal em ampliar, a partir das privatizações e flexibilizações das relações produtivas, e das competições inter-regionais nos espaços abertos aos movimentos do capital, o excedente superacumulado. Isso, por sua vez, implica diferentes movimentos de “exportação” da desvalorização, espaço-socialmente determinada pela internacionalização das rivalidades capitalistas que informa o desenvolvimento histórico-geográfico desigual no capitalismo. Assim, algumas regiões específicas – como Estados mais vulneráveis economicamente, por exemplo – sofrem intensos processos de desvalorização, gerando crises localizadas, que, por sua vez, têm a função de mitigar as possíveis crises sistêmicas do capitalismo (Harvey, 2001; 2004; 2013a).

Ora, afirma Harvey, se atualmente é possível perceber um crescente volume de excedentes sendo acumulados no Leste e Sudoeste da Ásia, percebe-se também o surgimento de certas práticas imperialistas em tais regiões – com destaque para as ações chinesas. Neste sentido, o corolário do argumento é que, em última instância, o novo imperialismo não se caracteriza por ser um imperialismo no singular, mas sim práticas imperialistas dispersas através de uma geografia desigual de distribuição do excedente de capital intimamente conectadas às transformações que vêm ocorrendo desde os anos 1970 (Harvey, 2007).

Nota-se, assim, as relações íntimas existentes entre o novo imperialismo e o neoliberalismo: na verdade, tal fenômeno contemporâneo está inserido historicamente no momento neoliberal, e neste sentido, é constituído por uma dimensão espaço-temporal distinta das formas imperialistas anteriores quando situadas na geografia histórica do capitalismo. Assim, é possível compreender os processos de neoliberalização:

tanto como um projeto utópico desenhado visando a reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político que busca reestabelecer as condições de acumulação do capital e restaurar o poder das elites econômicas. (Harvey, 2005, p.19, tradução livre)

Uma vez visto nestes termos, o neoliberalismo, enquanto um esforço de restaurar o poder das elites capitalistas dominantes, restabelece o poder de determinadas frações de classe a partir da reconfiguração de determinados arranjos hierárquicos – sejam sistemas monetários, estruturas políticas ou formas organizacionais que impactem o capital nos seus aspectos local ou global (Harvey, 2005; 2013a). Tal reestruturação envolve processos de financeirização relacionados ao poder de controle dos movimentos do capital e à concentração do volume de capital. Além

disso, é fundamental instituir novas relações de mercado, amparadas por uma relação privilegiada de acesso ao suporte institucional oferecido pelo Estado neoliberal e pelos arranjos internacionais. O Estado empreende privatizações e erige uma estrutura para os mercados de capital e para a livre circulação de mercadorias. Por sua vez, as organizações internacionais geram e institucionalizam a introdução das práticas neoliberais de desregulação dos movimentos dos insumos da produção e de controle sobre as condições de remuneração do capital. Em última instância, fica evidente uma conexão com as práticas neoliberais: “O cordão umbilical que liga a acumulação por despossessão e a reprodução ampliada é aquele dado pelo capital financeiro e pelas instituições de crédito, amparados, como sempre, pelas forças estatais” (Harvey, 2003, p.152, tradução livre).

Ora, para manter e sustentar essa reconfiguração do poder, o complexo histórico “Wall Street-Tesouro estadunidense-FMI” (Harvey, 2003, p.185) gerencia crises localizadas em territórios mais vulneráveis impedindo que a desvalorização retorne ao centro de acumulação, fenômenos tais que ocorrem recorrentemente desde os choques de petróleo desencadeados nos anos 1970. Assim, por meio de determinados ajustes estruturais, “as intervenções estatais e as instituições internacionais [...] orquestram desvalorizações de tal forma que a acumulação por despossessão possa ocorrer sem que se inicie um colapso geral” (Harvey, 2003, p.151, tradução livre).

Considerações finais

Mais do que visto de uma perspectiva exclusivamente absoluta, o espaço para Harvey é um aspecto significativamente ativo no processo de produção capitalista, sendo um elemento fundamental nas relações dialéticas internas (Ollman, 1992) concernentes aos processos de ajuste espaço-temporal da geografia histórica do capitalismo (Harvey, 2006; 2008). Assim, as distinções regionais são um elemento fundamental que se encontra intimamente articulado tanto aos movimentos de reestruturação da reprodução ampliada do capital em uma escala doméstica, como também no âmbito internacional. Neste caso, tal questão é fundamental, pois, a despeito das críticas levantadas ao constructo teórico-analítico de Harvey, nota-se aqui um potencial ímpar de contribuição para o campo das Relações Internacionais: seus criativos diálogos interescares entre a teoria da acumulação de Marx com as teorias marxistas do imperialismo (e o neoliberalismo, pelo conceito de acumulação por despossessão) a partir da sua teoria espacial do capitalismo podem ajudar não apenas no robustecimento das abordagens críticas de Economia Política Internacional (EPI), mas também no questionamento dos limites da separação entre EPI e Relações Internacionais – ou, nos termos do próprio autor, da separação entre a lógica territorial e a lógica do capital. Mas estes são pontos para desenvolvimento futuro, para o qual o presente artigo pretende ter oferecido uma breve contribuição.

Referências bibliográficas

- CALLINICOS, Alex. David Harvey and marxism. In: CASTREE, N.; GREGORY, D. (eds.). *David Harvey. A critical reader*. Malden: Blackwell, 2006.
- CASTREE, N. David Harvey: Marxism, capitalism and the geographical imagination. *New political economy*, 12 (1), p.97-115, 2007. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13563460601068859?journalCode=cnpe20>>. Acesso em: 24 ago. 2017.
- HARVEY, D. *A Brief History of Neoliberalism*. New York: Oxford University Press, 2005.
- _____. In what ways is “The New Imperialism” really new? In: *Historical Materialism*, n.15, v.3, p.57-70, 2007. Disponível em: <<http://booksandjournals.brillonline.com/content/journals/10.1163/156920607x225870>>. Acesso em: 24 ago. 2017.
- _____. *Limites do Capital*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2013a [1982].
- _____. *Para entender o Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013b.
- _____. Space as a keyword. In: CASTREE, N.; GREGORY, D. (Eds.). *David Harvey. A critical reader*. Malden: Blackwell, 2006.
- _____. *Spaces of Capital. Towards a Critical Geography*. 1.ed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001 [1988].
- _____. The dialectics of spacetime. In: OLLMAN, B.; SMITH, T. (Orgs.). *Dialectics for the New Century*. Basigkstone: Palgrave, 2008.
- _____. *The New Imperialism*. New York: The Oxford University Press, 2003.
- _____. The new imperialism: accumulation by dispossession. In: *Socialist Register*, v.40, The New Imperial Challenge, 2004, p.63-87. Disponível em: <<http://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5811/2707#.WZ8S8yiGO00>>. Acesso em: 24 ago. 2017.
- OLLMAN, B. *Dialectical Investigations*. New York: Routledge, 1992.

Resumo

O artigo busca apresentar alguns elementos da obra de David Harvey, particularmente com relação ao seu entendimento sobre os processos de acumulação por despossessão e suas implicações para um novo imperialismo em curso na fase neoliberal do capitalismo. Tal reflexão se faz relevante na medida em que destaca a importância dos aportes analíticos de Harvey para o entendimento das Relações Internacionais; assim, em última instância o entendimento dos processos internacionais contemporâneos estaria condicionado à compreensão histórica do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo que traz em si elementos explicativos das dinâmicas de poder entre os Estados.

Palavras-chave: David Harvey, Novo imperialismo, acumulação por despossessão, neoliberalismo

Abstract

The article aims at presenting some elements of David Harvey’s writings, particularly in relation with his understanding about the processes of accumulation

by dispossession and their consequences for the new imperialism under course in the neoliberal phase of capitalism. Such reflection is relevant once it highlights the importance of Harvey's writings to the understanding of the International Relations; henceforth, ultimately the understanding of the contemporary international processes would be conditioned to the historical comprehension of the uneven geographical development of capitalism, which presents explanatory elements of the power dynamics among states.

Keywords: David Harvey, new imperialism, accumulation by dispossession, neoliberalism